

DOCTRINA

ARTIGOS

A inaplicação da Lei de Repatriação aos ocupantes de cargos e funções públicas diretas e eletivas e seus familiares e o princípio da isonomia		
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho		9
1	Introdução	9
2	A constitucionalidade do art. 11 da Lei de Repatriação em face do princípio da isonomia	11
3	Conclusão	31
	Referências	32
O tratamento do ágio e do deságio para fins tributários e as modificações da Lei nº 12.973 (comparações entre dois regimes)		
Ricardo Mariz de Oliveira		35
I	Introdução	35
II	Visão geral do regime tributário anterior à Lei nº 12.973.....	38
III	Visão geral do regime tributário após a Lei nº 12.973.....	45
III.1	Quanto ao método da equivalência patrimonial.....	45
III.2	Quanto à fusão, incorporação ou cisão	52
IV	Conclusões	59
	Referências	64
Considerações sobre a inconstitucionalidade da Cofins não cumulativa		
Fábio Martins de Andrade, Mariana Zechin Rosauro		69
1	Introdução	69
2	Da violação ao art. 246 da CF	70
3	Da dissonância entre a base de cálculo e a materialidade – Ofensa ao conceito constitucional de <i>faturamento</i>	74
4	Da necessidade de lei complementar para instituição da Cofins não cumulativa	78
4.1	Art. 146, III, “b”, da CF – Do estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária.....	78
4.2	Da impossibilidade de instituição de mais de um tributo com base no mesmo dispositivo constitucional – Competência residual	80
5	Da violação à sistemática de financiamento da Seguridade Social	85
6	Violação ao princípio da isonomia no financiamento da Seguridade Social	87
6.1	Equidade entre contribuintes e Poder Público	87
6.2	Desrespeito à igualdade, isonomia, equidade entre contribuintes, livre concorrência, capacidade contributiva, não confisco, proporcionalidade e razoabilidade	88
7	Da interpretação conforme a Constituição.....	91
8	Conclusão	91
O controle de preços de transferência nas exportações de <i>commodities</i> e o método do preço sob cotação na exportação (“PECEX”)		
Bruno Fajersztajn, Ramon Tomazela Santos		95

1	Introdução.....	95
2	Aspectos gerais sobre as regras brasileiras de preços de transferência	96
3	O controle de preços de transferência nas exportações	98
4	Aspectos gerais a respeito do método do PECEX.....	101
5	O conceito de <i>commodities</i>	102
6	As bolsas de mercadorias e os institutos de pesquisa	108
7	O prêmio médio de mercado e os ajustes de parametrização	109
8	As <i>commodities</i> com preços de referência regionais	116
9	Documentação.....	120
10	Conclusões	120

Confissão em matéria tributária – Seu verdadeiro significado

Paulo Adyr Dias do Amaral, Raphael Silva Rodrigues	123
1 Confissão como categoria de prova – Direito processual	123
2 Confissão no direito penal	128
3 Confissão no direito processual tributário administrativo.....	129
4 Revogabilidade da confissão.....	133

El conocimiento de los valores a fundamento de la “Unión como comunidad de derecho” para una consciente ciudadanía europea

Giovanni Moschetti.....	137
--------------------------------	------------

A decadência tributária no lançamento por homologação e a Súmula nº 555 do STJ

José Hable.....	145
1 Introdução	145
2 O instituto da decadência tributária	147
3 O lançamento tributário	148
4 O lançamento por homologação e o prazo de decadência.....	149
4.1 A decadência, na existência ou não de pagamento antecipado	150
5 A Súmula nº 555 do STJ.....	152
5.1 Breve histórico da tese da “existência ou não de pagamento antecipado”	153
6 Conclusão	156
Referências	157

A utilização da função extrafiscal dos tributos como mecanismo de efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

Eduardo Uszacki Batista.....	159
Introdução.....	159
1 A preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.....	160
1.1 Contextualização evolutiva e histórica da preocupação ambiental	161
1.2 A fundamentalidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	164
1.3 O sobreprincípio do desenvolvimento sustentável	166
2 A extrafiscalidade tributária à luz do direito ambiental.....	168
2.1 O conteúdo jurídico da extrafiscalidade e a função extrafiscal dos tributos.....	169
2.2 A extrafiscalidade como instrumento indutor de práticas sustentáveis.....	171
2.3 A utilização das <i>green taxes</i> no ordenamento jurídico brasileiro	173
Considerações finais.....	178
Referências	180

Os efeitos da guerra fiscal internacional: os paraísos fiscais e a evasão como crime antecedente à lavagem de dinheiro

Mayara Peres Lima Silva	183
I Introdução	183
II A guerra fiscal	185
II.1 O conceito de guerra fiscal	185
II.1.1 A guerra fiscal internacional	185
II.2 Análise do cenário internacional	186
III A evasão fiscal	187
III.1 O conceito de evasão fiscal	187
III.2 Evasão e elisão	187
III.3 O planejamento tributário	188
IV Os paraísos fiscais	188
IV.1 Definição	188
IV.2 Uma nova forma de desvio de recursos?	189
IV.3 Atualidades	189
IV.4 Política internacional: paraísos fiscais como evasão	190
V A lavagem de dinheiro	191
V.1 Definição e tipificação da lavagem de dinheiro	191
V.2 Organizações internacionais e a lavagem de dinheiro	192
V.2.1 A ONU	192
V.2.2 O GAFI	192
V.3 A lavagem de dinheiro e a evasão nos paraísos fiscais	193
V.4 Ilustrando a relação entre lavagem de dinheiro e evasão: caso Lava-Jato e a denúncia contra Eduardo Cunha	195
VI Conclusão	197
Referências	198

Da guerra fiscal à paz federativa: redesenhando o Confaz

Antonio Guimarães Sepulveda, Igor De Lazari	203
1 Introdução	203
2 Necessidade de intervenção no desenho institucional atual	210
3 Propostas de alteração do cenário institucional e ampliação do poder decisório do Confaz	213
4 Conclusão	216
Referências	217

Farmácias de manipulação: ISS ou ICMS?

Fernando Barroso de Deus	219
1 Introdução	219
2 Das atividades comumente realizadas pelas farmácias de manipulação	220
3 Todas as atividades exercidas pelas farmácias de manipulação devem ser consideradas farmacêuticas?	220
4 Da incidência tributária nas atividades comumente exercidas pelas farmácias de manipulação	221
4.1 Os objetos são realizados de forma individualizada ou personalizada, considerando características pessoais do cliente	221
4.2 Embora oriundo da manipulação de fórmulas, o objeto desconsidera atributos pessoais do comprador, que apenas o adquire sem que para isso tenha apresentado qualquer receita individualizando a composição do medicamento	225
4.3 Embora preexistente, o objeto é manipulado e, só após, novamente direcionado, para, na entrega final, considerar particularidades específicas do cliente	226